

1. INTRODUÇÃO

Vários foram os propósitos deste trabalho, principalmente em focar de forma geral o Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB) dentro do contexto econômico do país como também de seus volumes e processos nos próximos cinco anos, ou seja, 2010 a 2014. Assim um dos propósitos principais deste trabalho é de verificar e estudar esse sistema, entendendo suas metas e propósitos para suportar a evolução prevista de crescimento.

Desta forma, o presente trabalho proporcionará o conhecimento geral do tema, o qual também envolve aspectos relacionados dentro do contexto de seus volumes processados.

Tendo em vista de que quando se fala do SPB aborda-se acima de tudo de um dos principais elementos do Sistema Financeiro Nacional, se considerarmos que sua estrutura envolve a circulação das principais transações realizadas no mercado.

Com essa visão e conhecimento poderá ser observada sua dinâmica no decorrer das escriturações com objetivo de procurar entender como então o SPB tem sido útil no processamento das operações no mercado.

Por último expressar que o tema estudado mostra de uma forma abrangente o que é na realidade o SPB e suas transações, demonstrando de forma observadora o crescimento previsto para os próximos cinco anos.

Considerando a importância do SPB para o mercado financeiro, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar o que vem a ser o Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB), bem como de verificar sua tendência, no que diz respeito à volumetria bem como o fluxo dos processos internos e externos em relação às transações efetuadas e processadas.

Como objetivo específico, este estudo irá verificar se o Sistema de Pagamento Brasileiro pode absorver outras operações e/ou transações do mercado financeiro que hoje ainda não estão integradas ao sistema, analisando de forma macro as

características de seus volumes envolvidos. Outro aspecto que será avaliado consiste em estudar os indicadores auferidos por meio deste sistema e se eles são utilizados como parâmetro para melhoria e incremento do mesmo.

Dada a importância do SPB no mercado financeiro, cuja implantação proporcionou ao país sua equiparação aos modelos de outros mercados, o estudo pode ser justificado pelo fato de que irá possibilitar ao leitor o conhecimento do sistema bem como de sua importância para o mercado e também as pessoas interessadas ao entendimento e conhecimento do tema para melhor compreensão.

Desta forma, este trabalho seguirá a seguinte estrutura: no capítulo 1 será apresentada a introdução, conceito do Sistema de Pagamento Brasileiro, aqui intitulado por SPB, como seu surgimento, histórico, e aspectos importantes dentre outros; no capítulo 2 serão apresentados motivadores do novo Sistema de pagamento Brasileiro, seus benefícios, crescimento da sociedade de crédito e financiamento, principal modalidade de transferência de recurso aqui denominado TED (Transferência Eletrônica Disponível), dentre outros pontos. No capítulo 3 as expectativas de crescimento para os próximos cinco anos (de 2010 a 2014) no capítulo 4 será demonstrada sua análise de crescimento, no capítulo 5 será demonstrada Liquidação Bruta em tempo real, redução do risco e do crédito, e no último capítulo a analogia de conclusão dos propósitos deste estudo, tudo isso, numa abordagem sucinta e clara de maneira a proporcionar o entendimento sobre o tema.

2. Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB)

2.1. Conceito e definição

O Sistema de Pagamento Brasileiro, o SPB, é um conjunto de regras, procedimentos, instrumentos e sistemas operacionais integrados; utilizados para transferir fundos de um pagador para um recebedor encerrando assim uma obrigação.

De acordo com Fortuna (2008, p. 779),

O conceito básico de um sistema de pagamentos do mercado financeiro é o de que, quando uma instituição financeira monetária – um banco comercial ou um banco múltiplo com carteira comercial – estiver efetivando um pagamento, o estará fazendo através de outro banco que, por sua vez, estará efetivando um recebimento.

Considerando o autor, pode-se concluir que um sistema de pagamento envolve procedimentos, instrumentos e sistemas que suportam as operações no cenário financeiro, envolvendo as instituições financeiras, vinculadas as transações de um lado as de pagamento e de outro as de recebimento.

2.2. Histórico

Até os meados dos anos 90, as mudanças no Sistema de Pagamento Brasileiro foram motivadas pelas necessidades geradas com altas taxas de inflação e com isso a necessidade de rapidez no processamento das transações do mercado. Assim, o progresso tecnológico então alcançado visou principalmente o aumento da velocidade de processamento das transações financeiras.

Na reforma conduzida pelo Banco Central do Brasil em 2001 e 2002, o foco foi redirecionado para administração de riscos. Nessa linha a entrada e o funcionamento dos processos de reservas, intitulados por STR (Sistema de Transferências de Reservas) em 22 de abril de 2002 marcam o início de uma nova fase do SPB. Esta reformulação teve como foco reduzir a possibilidade do risco sistêmico, ou seja, o risco da quebra do sistema bancário, uma vez que até então o processo não dispunha de mecanismos de proteção que pudessem evitar ou impedir a cadeia de inadimplências, que caso ocorresse geraria uma perda de confiança no sistema bancário.

De acordo com Fortuna (2008, p. 779) a reformulação do SPB em 2002 teve como objetivo exigir a adoção dos princípios efetivos, que tornasse o sistema de pagamento sistemicamente importante, pressupondo que além da adoção desses princípios, o sistema e sua estrutura estivessem devidamente suportadas por câmaras de compensação, as *clearings*, como maneira de viabilizar em tempo real, o registro, compensação e liquidação segura e também eficiente dos pagamentos realizados no mercado, independente de seus meios e formas.

Com esse sistema, operado pelo Banco Central do Brasil, o país ingressou no grupo de países em que transferências de fundos interbancários podem ser liquidadas em tempo real, em caráter irrevogável e incondicional, esse fato por si só possibilita redução dos riscos de liquidação nas operações interbancárias, com conseqüente redução também do risco sistêmico, isto é o risco de que a quebra de um banco provoque a quebra em cadeias de outros bancos no chamado efeito dominó.

A partir de 24 de junho de 2002 depois de observada uma regra de transição, qualquer transferência de fundos entre contas da espécie passou a ser condicionada a existência de saldo suficiente de recursos na conta de participante emitente da correspondente ordem. Com isso houve significativa redução de risco de crédito incorrido pelo Banco Central do Brasil.

A liquidação em tempo real, operação por operação, a partir do dia 22 de abril de 2002 passou a ser utilizada também nas operações com títulos públicos federais cursados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), o que se tornou possível com a interconexão entre esse sistema e o STR (Sistema de

Transferências). A liquidação desse sistema agora chamado como modelo de entrega contra pagamento.

A reforma de 2002, entretanto, foi além da implantação do STR e da implantação da operação do *modus operandi* do SELIC.

Nesse sentido a Lei 10.214 de março de 2001 reconheceu a compensação multilateral nos sistemas de compensação e liquidação e estabeleceu que em todo sistema de compensação multilateral, consideradas sistematicamente importantes, a correspondente entidade operadora deve atuar como contraparte central e assegurar a liquidação de todas as operações cursadas.

Todas essas alterações tiveram como propósito fortalecer o Sistema Financeiro Nacional dando assim à continuidade a reestruturação iniciada em 1995 com estímulo a reestruturação e ao fortalecimento do sistema e mais adiante com o programa de incentivo a redução da participação do setor público estadual na atividade bancária.

Como se observa no início do processo o foco esteve direcionado para as instituições, através de fusões e transferências de controle, e para redução da presença do setor público na atividade bancária.

2.3. Importância do Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB)

Segundo A FEBRABAN á partir do material publicado para estudo de curso de CPA (pagina 33) postado no site PT.scibd.com/doc/6984356/ANBID-CPA10-certificação SPB tem uma grande importância por ser um Sistema integrado que permite a transferência de fundos junto de liquidações de obrigações no mercado financeiro, onde os títulos e valores mobiliários agora são negociados quase integralmente na forma escritural.

2.4. Organização do antigo Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB)

A organização do sistema de pagamento, anterior a reformulação de 2001 era composta por quatro câmaras de compensação que são:

- SELIC;
- CETIP;
- COMPE e
- SISTEMA DE CÂMBIO;

Cada câmara exercia uma função distinta que a seguir descritas:

SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia):

Neste sistema eram compensadas as operações de mercado primário, e secundário com títulos públicos e federais de 4 depósitos interfinanceiros em reservas DI com liquidação financeira na conta de reservas bancárias às 23 horas do mesmo dia da negociação, ou seja, em D+0.

Para evitar o risco principal à transferência da custódia do título na qual estava vinculada a liquidação financeira do valor em reais correspondentes, ou seja, a utilização do mecanismo de entrega contra o pagamento.

CETIP (Central de Liquidação e Custodia de Títulos Privados):

Eram registradas e liquidadas as operações de mercado secundários com títulos privados e alguns títulos públicos federais, além das operações de mercados primários e secundários de títulos públicos estaduais e municipais permanecendo sempre liquidação financeira via reservas bancárias até as 16 horas do dia seguinte ao da negociação, ou seja, em D+1.

COMPE (Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papeis):

Refere-se ao serviço de compensação de cheques e outros papéis nos quais eram realizada a compensação de todos os cheques, documentos de créditos e títulos para pagamentos que transitavam no sistema bancário independentemente de seu valor (alto ou baixo), onde somente os cheques e títulos de valor igual ou superior a

R\$ 3.000,00 (três mil reais) eram liquidados financeiramente através de reservas bancárias em D+1e assim aqueles com valor inferior, em D+2.

SISTEMA DE CÂMBIO

Neste sistema eram realizadas todas as operações interbancárias com moeda estrangeira, sempre com liquidação financeira em reais através das reservas bancárias em D+2, sendo que a liquidação financeira em moeda estrangeira era feita em Nova York.

3. Motivadores do novo SPB.

O projeto de constituição do novo Sistema de Pagamento Brasileiro foi aprovado em reunião do Banco Central do Brasil realizada em 30 de junho de 1999, o qual foi fundamentado no estabelecimento de diretrizes que permitissem o melhor gerenciamento do risco sistêmico e tendo como pilar básico centralizador das operações a implantação de um Sistema de Transferência que suportasse grandes volumes e valores com liquidação bruta, operação por operação em tempo real é que pudesse ser internacionalmente conhecido com o processamento em *real time Gross system RTGS*, aqui denominado de Sistema de Transferência de Reservas, o STR criado e regulamentado através da Circular 3100, de 28/03/2002 e seu regulamento anexo.

A viabilização do Sistema de Transferência de Reservas, o STR tem como base o suporte conceitual e operacional e também a alteração do regime de monitoramento da conta de reservas bancárias pelo Banco Central para o tempo real.

De acordo com Fortuna (2008, p. 782) o novo SPB foi desenvolvido tendo como base 2 pilares básicos:

- Primeiro: de que todos os riscos anteriores fossem irreversivelmente transferidos para todos os participantes do mercado, o que inclui as instituições financeiras e bancárias;

- Segundo: que as câmaras de compensação, as *clearings* fossem adaptadas ou criadas de maneira a dar maior agilidade e flexibilidade necessárias e suficientes para suportar e garantir a geração das garantias exigidas aos participantes, assegurando a liquidação das operações, mesmo havendo a ocorrência de inadimplência de uma contraparte. Outro atributo era de que as novas *clearings* além de operar na transferência eletrônica também deveriam estar devidamente adequadas para fazer em sistema de compensação contínua todos os tipos de liquidação, ou seja, individual – quando há o pagamento de um participante para outro, bilateral – quando dois ou mais pagamentos são compensados por diferença entre os participantes, ou multilateral – quando três ou mais pagamentos são compensados por diferença entre três ou mais integrantes através do valor líquido identificado (*netting*).

Portanto às diretrizes aprovadas, e sobre as quais se fundamentam o relacionamento e a operacionalização entre o Banco Central e as instituições financeiras, bancos e todos os demais participantes do mercado financeiro no novo SPB foram às seguintes:

- A regulamentação da liquidação financeira da conta de reservas bancárias;
- As exigências operacionais aos seus titulares;
- As exigências operacionais autorizadas a operar e;
- O estabelecimento das regras de controle de riscos a serem seguidas no SPB.

3.1. Benefícios do Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB)

A implantação deste sistema trouxe uma série de benefícios ao sistema financeiro nacional destacando-se os seguintes pontos:

- A possibilidade de transferência interbancária de recursos financeiros ao longo do dia em tempo real;

- A redução de diversos riscos as entidades participantes do mercado financeiro e;
- A equiparação do Brasil as melhores práticas e padrões internacionais nos pagamentos e transferências de recursos.

3.2. Crescimento da sociedade de crédito e financiamento:

É necessário saber de que com o crescimento do Sistema de Pagamentos Brasileiro acaba abrangendo de uma forma o crédito e suas operações as quais fazem parte deste sistema.

Antes de considerarmos as seguintes funções pelas sociedades de créditos e financiamento na economia brasileira, é necessário compreender as condições dentro das quais esse tipo relativamente novo de intermediário financeiro de uma forma mais desenvolvida para o SPB são basicamente três fatores importantes pela rápida ascensão financeira no sistema econômico.

Em primeiro lugar temos que considerar a alteração bastante violenta da estrutura produtiva do país dada a intensidade de diversificação da demanda que acompanhou nosso processo nos últimos 10 anos.

Em segundo lugar essa alteração da estrutura da produção teve que ser acompanhada de uma estrutura creditícia adequada face aos novos prazos de produção de matérias primas dos bens duráveis exigidos pelas condições do mercado.

E por último a composição dos depósitos a vista a prazo no sistema bancário se inclinava irremediavelmente em favor do primeiro tipo impedindo assim que a rede de bancos pudesse financiar capital de giro por prazo superior aos limites ditados pela movimentação bastante acentuada de depósitos a vista.

Neste desenvolvimento do SPB a operação de aceites de letra tem a sua origem não somente quando as companhias de financiamentos abrem créditos para as empresas que necessitam de capital de giro, o tomador do empréstimo saca uma letra do câmbio e a companhia de financiamento do crédito aceita mediante uma comissão com garantias de duplicatas.

Apesar da câmara (*clearing*) não garantir a liquidação das operações registradas nos subsistemas, os limites operacionais serão estabelecidos com o propósito de evitar que um banco fique zerado ou até mesmo credor, portanto faz com que a taxa de câmbio evite o travamento do mercado ou a rejeição de operações de um banco que esteja arbitrando o mercado, ou seja, de uma forma mais fácil a câmara ou prestadoras de serviço de compensação e liquidação poderão disponibilizar um serviço de garantias que possibilite saldo devedor temporário além dos limites operacionais.

Portanto no mesmo dia os bancos já terão por intermédio dos relatórios gerado pelas câmaras todas as informações relativas às suas operações inclusive os valores a serem liquidados.

No princípio de 2011 no mês de janeiro, o SPB foi programado para atuar com fluxo de caixa na qual teve como objetivo proporcionar aos participantes conhecimentos sobre os processos do fluxo e indicador do caixa junto da gestão financeira e as condições necessárias para que possam administrar os desencaixes financeiros e decidir sobre as estratégias de decisão, captação e aplicação de recursos financeiros (conforme relatório publicado no Banco Central do Brasil), este relatório foi publicado por meio da circular 3.057 localizada pela fonte DEBAN (Sistema de Pagamento Brasileiro) (2004, p 8).

3.3. Principal Modalidade de transferências de recursos:

Por meio do Sistema de Pagamento Brasileiro adotou uma das principais modalidades de transferências de recursos o qual foi implementado na sua reestruturação e com certeza estará presente nos próximos anos possivelmente, denominado Transferência Eletrônica Disponível – TED.

A Transferência Eletrônica Disponível – TED é um instrumento que permite a transferência de fundo entre um pagador e recebedor encerrando assim uma obrigação, esta transferência normalmente ocorre após o momento de sua formalização junto à instituição financeira.

O Brasil adotou a política econômica e reestruturação econômica produtiva na qual a consequência da globalização econômica Brasileira também justifica o Sistema de Pagamento Brasileiro.

3.4. Reestruturação produtiva

Para melhor análise das consequências o Brasil teve no seu sistema a reestruturação produtiva em curso na economia mundial faz-se necessário o entendimento do papel do estado brasileiro nos processos dos próximos 5 anos.

Goldenstein afirma na revista bancária em julho de 2010 de que em 1994 duas questões foram colocadas a respeito da atuação estatal no Brasil onde a primeira questão dizia de que a atuação do estado brasileiro foi desenvolvimentista, na medida em que foi o grande patrocinador da expansão da atividade econômica em contraponto ao que ocorria em outras áreas do mundo onde se desenvolvia a figura do estado do bem-estar.

O estado brasileiro nunca foi um provedor essencial de saúde, educação, saneamento básico, e outros indicadores sociais.

A atuação do estado brasileiro sempre esteve mais voltada para construção de estradas, montagens de sistemas de comunicação estatização de empresas de forma a qualificá-las para o fornecimento de insumos básicos. Algo que aparece com muito ênfase tanto na gestão de Juscelino Kubitscheck, como na fase posterior do Brasil onde houve grande potencia preconizada pelo período militar.

O primeiro aspecto levantado pelo Goldenstein, diz respeito à característica conservadora do estado desenvolvimentista brasileiro no mundo capitalista tivemos exemplos de estados contemporâneos cuja atuação foi transformadora. Dois casos levantados pela autora nesse sentido se referem primeiramente ao Japão, no qual o desenvolvimento não foi produto das livres forças do mercado mais de uma articulação bem sucedida entre o estado Japonês, os grandes grupos empresariais e a sociedade em função do projeto.

O segundo exemplo colocado foi o da coréia do Sul onde o estado se recuperou de fazer reforma agrária, que se transformou base do desenvolvimento industrial interferiu nas bases de relações da terra, fez a distribuição e a partir da montanha agrária viabilizou a montagem do parque nacional que posteriormente se internacionalizou.

Nota-se que a internacionalização intensa da base produtiva foi procedida da ação do estado como protetor do acesso a terra meio básico de produção.

Num paralelo com ambos os exemplos, tanto Japão como Coréia, a atuação do estado desenvolvimentista do estado brasileiro é bastante diferenciada, na medida em que provimento e acessibilidade da educação nunca estiveram entre suas prioridades, tão pouco, a questão fundiária foi enfrentada.

O Sistema de Pagamento Brasileiro integrou como relativo êxito no padrão fordista que dominou o século XX, e foi sendo forte até que se enquadrou ao século XXI porque o processo de produção vai mudando as suas formas de gestão.

A reestruturação produtiva que ocorre na economia mundial representa uma enorme transformação também para os países em desenvolvimento de seus sistemas de pagamento em especial para o Brasil.

A divisão internacional do trabalho transforma o complexo metal mecânico que foi o grande propulsor do século XX perde importância relativa e tende a ser substituída nesse papel hegemônico pelo complexo micro eletrônico a química fina tende a ser mais importante que a pesada e até então mais dinâmica.

Há uma mudança no Sistema de Pagamento Brasileiro não só na definição de que produzir mais, mas também de como produzir já que a revolução científica tecnológica tem implicado na forma de produção rígida para as formas flexíveis de produção.

3.5. Classificação de Riscos

Com o crescimento do sistema de pagamento brasileiro, a classificação de riscos não expressa a opinião do emissor do título, mas sim a opinião das empresas classificadoras de títulos a terem a capacidade de honrar as obrigações concernentes a cada titular.

O objetivo da classificação de risco é dar aos investidores um sistema de gradação, por meio do que é possível verificar a qualidade relativa dos investimentos. Dessa forma uma agência de classificação de risco pode facilitar a colocação do título no mercado uma vez que lhe fornece de forma clara e de fácil entendimento, informações independentes sobre a capacidade que o emissor dos títulos tem para pagar as suas obrigações.

3.6. Plano de migração

O plano de migração descreve a estratégia proposta necessária para implantação e operação do Sistema de Pagamento Brasileiro contendo no mínimo os seguintes rateios:

- a) Plano e cronograma de implantação e migração do sistema, a necessidade da realização e procedimentos licitatórios para aquisição de *softwares* e *hardwares* e outros equipamentos;
- b) Plano de contingência corporativo na implantação e continuidade do sistema incluindo a previsão ao funcionamento normal do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES);
- c) Plano de assessoria a ser desenvolvida abrangendo critério de avaliação de qualidade no sistema;
- d) Relatório final contendo a consolidação da solução proposta nos demais relatórios destacando as vantagens e desvantagens.

3.7. Assessoria Técnica

A acessória técnica consiste para diagnóstico e análise dos processos atuais de execução adotados para solução a ser eventualmente tomadas.

A assessoria técnica do SPB foi envolvida para garantir e envolver a estratégia de migração especificamente na realização de métodos de contratação e licitação de produtos e serviços necessários a implantação abrange o seguinte:

- a) A assessoria na elaboração de especificações dos objetos de contratações e licitações de projetos básicos e termos de referências;

- b) A assessoria na elaboração de notas técnicas para subsidiar o BNDES nas respostas aos questionamentos técnicos;
- c) A assessoria na elaboração de notas técnicas para interpretações no julgamento de impugnações ao edital, documentos de habilitação propostas técnicas de preços e de vários recursos contra razões e;
- d) A assessoria na elaboração de notas técnicas para interpretações na apresentação de informações aos órgãos de controle interno e externo, bem como no caso de medidas judiciais.

3.8. Política de Segurança e crescimento

A Política de Segurança define a abrangência da atuação de toda estrutura, assim como, todos os métodos necessários, para diminuição de possibilidades de violação. Esta estrutura de segurança tem como objetivo compreender, todos os mecanismos de proteção necessários para fortificar o sistema de defesa de todos ativos computacionais contra ações indesejáveis.

Sendo assim, os fornecedores, ou seja, os usuários da rede do sistema e demais pessoas físicas e empresas relacionadas devem ser mantidos informados durante a extensão e medidas objetivas de seus procedimentos aos órgãos responsáveis pela segurança dos sistemas de informação na rede do SPB.

Portanto, de acordo o Marchal no livro horizonte pagina 625 as medidas e procedimentos de sistema de transformação devem ser coordenados e integrados entre si junto de outras medidas de princípios e procedimentos adotados pela instituição participante de modo a criar um sistema de segurança coerente com este sistema, de maneira que as mensagens transmitidas entre os participantes e o Banco Central sejam irrevogáveis, incondicionais e finais ao mesmo tempo.

Como já visto em item anterior descrito neste capítulo, todas as mensagens enviadas serão obrigatoriamente assinadas digitalmente pela instituição participante com exceção casos julgados necessários relativos a testes de conectividades.

Em relação às mensagens devem possuir uma extrema relação única garantindo sua performance e unicidade de processamento, deste jeito serão obrigatoriamente criptografadas com exceção das relativas.

As aplicações devem ser testadas e homologadas junto ao ambiente de teste do Banco Central quanto as suas funcionalidades antes de estarem disponíveis no ambiente produtivo de todas as instituições financeiras e bancárias, as quais devem estar aderentes às especificações de segurança do Sistema de Pagamento Brasileiro, o que com certeza a partir de próximos cinco anos para mais avante terá como parâmetro de proteção a fraudes.

O Sistema de Pagamento Brasileiro vem a ser planejado de uma forma mais moderna desde os anos de 2002, tendo atingido um enorme crescimento durante os últimos anos e considerando que a população vem crescendo e com ela a bancarização, esse crescimento também poderá ser verificado nos próximos anos.

4. Análise de Crescimento de Volumes

4.1. Descrição de volumes

Segundo o Banco Central no catalogo de mensagem dos arquivos da RSFN (Rede do Sistema Financeiro Nacional) o catalogo de mensagens de mensagens e de arquivos da RSFN (Rede do Sistema Financeiro Nacional) é composto por cinco volumes:

No primeiro e o segundo volume existem as mensagens específicas do SPB (Sistema de pagamento Brasileiro), STR (Sistema de transferência de recursos) e de

prestadores de serviços, como prestadores de serviços das soluções prestadores de serviço autônomo que normalmente tem usado a senha do SPB para alterar dados cadastrais no que se refere a empresas. Prestador de serviços de Software publica brasileiro que usa critérios e procedimentos de testes de softwares para o SPB (Sistema de Pagamento brasileiro).

No terceiro volume existem e estão localizados mensagens de serviços genéricos e de outros serviços não relacionados ao STR (Sistema de transferência de recurso), no quarto volume estão presentes os dicionários e diagramas de fluxos, e a referencia cruzada necessária para a completa descrição de todas as mensagens constantes no volumes anterior no quinto volumes estão presentes a relação de arquivos disponibilizados por mensagens e autorizados a funcionarem na RSFN (Rede do Sistema Financeiro Nacional).

Tudo isto em conformidade com disposto da circular 3.4244, de 12 de Dezembro de 2008 a versão em conformidade estão presentes e disponível na pagina do BACEN (Banco Central do Brasil).

4.2. Estrutura do catálogo

Conceitos básicos segundo o Banco Central no arquivo de catálogo versão 3.03 p 5/242 a definição de alguns conceitos são necessários a fim de se ter melhor compreensão de operações de seus volumes.

Participante da RSFN (Registro do Sistema Financeiro Nacional): Índica-se a qualquer instituição homologada pelo banco central a fim de se fazer presente da rede do Sistema Financeiro nacional RSFN como, por exemplo, o Banco Central, as instituições financeiras detentoras de contas reservas bancarias ou de liquidação e as câmaras de compensação e liquidação que possuem conta de liquidação pelo Banco Central o participante da RSFN (Rede do Sistema financeiro nacional) entram em contacto por meio de informações de mensagens e de arquivos.

Mensagens: É denominado como conjunto estruturado de detalhes informativos existindo uma troca entre participantes do STR definido com uma finalidade de fazer um tipo de operação, transmitir um resultado operacional ou qualquer outra informação relevante.

Mensagem de estímulo: É um tipo de mensagem na qual quem participa da Rede do Sistema Financeiro nacional pode fazer uma operação ou transmitir uma informação para um ou mais participante da Rede do Sistema Financeiro Nacional como, por exemplo: LTR0003- Requisição de transferência de reservas avaliadas em nome de uma IF (Instituição Financeira) localizado no Banco central em catalogo de mensagens e de arquivos p 5/242.

Mensagem de resposta ao requisitante: Tem com função de informar ao requisitante o estado atual de uma operação, por exemplo, RTR00031- Resposta ao Requisitante de transferência de reservas com verificação localizado também na mesma página do Banco Central catalogo de mensagens e arquivo p5/242.

Mensagens de resposta a terceiro: Normalmente tem sido enviada a participante da RSFN (Rede do Sistema Financeiro Nacional) não requisitante beneficiado ou intrometido em uma operação, por exemplo, LTR0003R1- Resposta a Terceiros de transferência de reservas com verificação.

Mensagens de respostas a notificado: É mandada pelo participante da Rede de Serviços Financeiro Nacional não requisitante, que no contexto da determinada operação embora não diretamente introduzido deve ser checado. Por exemplo: RTR0003R3 - Resposta ao notificado de transferência de reservas com notificação.

Mensagem de erro: aquela que é mandada normalmente em retorno a quem participa da Rede de Transferência de serviços Financeiro Nacional, emitente quando houver qualquer tipo de erro de formação ou conteúdo da mensagem verdadeira.

4.3. Visão de Crescimento e descrição de serviços e produtos

SPB e o caso Visanet: Os estudos realizados no âmbito do convênio SDE/SEAE/BACEN ilustram que:

- A exclusividade no credenciamento dificulta a entrada;
- Os gastos de comerciantes e consumidores com usos de cartões têm aumentado em razão da exclusividade;
- A abertura do processo do processo administrativo pela SDE para investigação de possíveis efeitos anti-competitivos da exclusividade;
- Decretação de medidas preventiva com fim, entre vários de aumentar processo para mandato do fim da exclusividade do processo entre visa e Visanet;
- Fortes inícios anti-concorrencial decorrente da exclusividade bi-direcional e de seus possíveis efeitos anti-competitivo da exclusividade;
- Necessidade de sinalizar o quanto antes para possíveis interessados que tanto visa quanto Visanet estavam dispostas a negociar com terceiros;

Caso visa/Visanet: A cada dia que passa os efeitos reversíveis da exclusividade tem se repetido com a produção de estragos irreparável tais como: transferência de renda dos lojistas, consumidores aos credenciadores, na forma de taxas de administrações enormes, taxas de descontos enormes custos fixos enormes decorrentes da duplicação da rede e conseqüentemente uma redução em número de transações a um preço mais elevado da sociedade.

Caso Visanet depois ao fim da exclusividade: Redecard passa a gerenciar visa e Visanet agora a Cielo passa a gerenciar Mastercard.

A partir do ano 2011 para frente o SPB estará mantido com este método de cartões na qual para além deles temos outros tais como:

Caso Redecard e anti-cedentes: Nas compras pela internet o usuário pode repassar seus dados diretamente ao estabelecimento sobre qual esta transacionando ou usar um facilitador.

Cooperativas de crédito: O sistema de pagamento brasileiro por meio das circulares nº 3.438 de 2 de março de 2009 e 3.457 de julho de 2009, ambas emitidas pelo Banco Central do Brasil, foi visualizado o acesso entre outras instituições dos próximos anos das cooperativas de créditos tanto singulares quanto centrais a conta de liquidação.

Além desses normativos a circular nº 3.440, de 2 de março de 2009 também do Banco Central do Brasil enriqueceu o escopo das instituições que podem se fazer presente diretamente na centralizadora de compensação de cheques e outros papéis introduzindo a entrada daquelas que forem titulares de contas de liquidação. Desde então três cooperativas já criaram e operam suas contas de liquidação e outras seis encontram-se na fase de adaptação de procedimentos necessários para tal.

Negócios em alta frequência: As corretoras já perceberam que precisam investir fortemente em serviços e infra-estrutura para manterem-se competitivas diante dos crescentes desafios impostos pelas perspectivas de crescimentos dos próximos anos. A BM&FBOVESPA projeta cinco milhões de investidores ativos do tipo pessoa física no mercado de capitais até o ano de 2014 frente aos atuais 520 mil.

4.4. O Sistema de Pagamentos Brasileiro e o seminário da copa 2014

A partir do dia 19 de agosto do ano 2010, em Salvador foi realizado o seminário da Copa 2014, uma iniciativa de diversas entidades brasileiras ordenadas pela CNDL (Confederação Nacional de Dirigente Lojistas) e pela CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) apoiadas pela FEBRABAN, ABI – Associação Brasileira de Imprensa e outras instituições, onde vários aspectos foram tratados, dentre eles o SPB no que tange a infra estrutura nas principais capitais brasileiras

que serão sede da Copa 2014, onde se prevê a entrada de mais de 1 milhão de cartões de crédito internacionais.

As redes hoteleiras irão de se transformar em escritórios de turistas, visitantes, jornalistas e empresários, dentre outros e a sua maioria sem nenhuma informação por causa de segurança.

O Sistema de Pagamentos para suportar essa estimativa vai procurar melhorar entradas de um volume enorme de empresas no comércio eletrônico através de criação de web sites.

O Brasil é um país extremamente dependente e usuário de tecnologia, fato que normalmente passa despercebida mais apenas para exemplificar destacou os seguintes pontos:

1. O único país no mundo com declaração 100% do imposto de renda feito pela web;
2. Eleições realizadas eletrônicas;
3. Somos o segundo país no mundo em transações de comércio eletrônico;
4. Previdência privada paga para milhões de pensionistas e aposentados feitos através do sistema bancário e com cartões magnéticos.

4.5. Crescimento da CBLC (Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia) no SPB 2010 a 2014.

O crescimento do Sistema de Pagamentos Brasileiro para os anos de 2010, 2011, 2012, 2013, e 2014 tem a CBLC (Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia) constituída com a missão de ser a câmara de compensação e liquidação de ativos do Brasil onde tem como objetivo oferecer para o mercado os serviços de liquidação, custódia e controle de riscos e operações realizadas com ações, títulos públicos e privados.

Com a incorporação da CLC (Câmara de Liquidação e Custódia) nestes anos a CBLC é responsável pelos serviços de guarda centralizada de compensação e liquidação das operações realizadas nos mercados da BM&FBOVESPA, seguimento Bovespa (a vista, derivativos, balcão organizado renda fixa etc. Na qual se tornou a única câmara de liquidação e depositária de ações do Brasil.

Com a evolução do crescimento do Sistema de Pagamento Brasileiro, a CBLC passa a utilizar sistema de liquidação diferida pelo resultado líquido multilateral, ou seja, ela já atua contraparte central nas operações para o mercado de renda variável.

4.6. Fluxo de Caixa

Durante esta evolução o Sistema de pagamento perante o fluxo de caixa terá controle de contas a pagar e a receber; desvios entre previstos e realizados e; prazos médios, ajuste de contas e integração contábil;

Fundamento da administração de caixa terá o seguinte crescimento:

- Fluxo de caixa e seu papel na tomada de decisão;
- Administração do capital de giro (captação e aplicação de recurso);
- Plano de contas e controle de apoios;
- Sistema de pagamento e recebimento e Controles operacionais e financeiros;
- Conciliação bancária e planilhas de fluxos de caixa;

Planilhas de fluxos de caixas terão a seguinte mudança:

- Encaixes e desencaixes financeiros;

- Análise e acompanhamento diário;

5. Liquidação bruta em tempo real

No presente ano de 2011 e também nos demais anos, a regularização das contas reservas bancárias são feitas em horários concentrado em duas metodologias: Cota abertura e cota fechamento, onde a cota abertura será designada no início do dia e a cota fechamento no final do dia, com este crescimento o Sistema de Pagamentos Brasileiro transfere para participante do mercado sua responsabilidade no processo.

Atualmente, as instituições poderão ficar com saldo negativo na conta reserva bancária somente no principio do dia e tornar positivos no final do dia porque durante o dia estarão trabalhando e assim sendo estará em constante movimento de aplicação do início até ao final estarão fechando mantendo-as com saldo positivo.

Com a dinâmica de administração do caixa das instituições será drasticamente alterada devido o modelo de evolução do sistema onde haverá uma nova estrutura organizacional dos bancos, o grupo da principal atribuição dessa equipe será apurar continuamente o saldo em reservas e monitorar se possível de uma forma antecipada.

5.1. Redução do Risco do Crédito

Com esta mudança, a redução na possibilidade do Banco Central assumir riscos é basicamente o foco desta diretriz. O fato de serem permitidos saques a descoberto, ou seja, a conta de reservas bancária poderem ficar negativas durante o dia e sendo regularizadas simplesmente no final do dia, elevando o risco do crédito concedido do mesmo ao Banco Central como vimos anteriormente compreenderá as alterações operacionais como o monitoramento em tempo real do saldo da conta reservas bancárias de cada uma das instituições e o estabelecimento de horários a serem

observados no lançamento dos resultados financeiros proveniente das diversas operações do sistema.

Em sistemas de transferências de grandes valores será utilizado no país, será mantida a regra definida na reestruturação do sistema em que as ordens depois de efetivadas deverão ser irrevogáveis e incondicionais, ou seja, neste caso entende-se a efetivação da ordem o registro do lançamento na conta reserva operado pelo Banco Central.

5.2. Modelo Operacional

Bom cabe expressar de que o novo modelo do SPB a partir da criação da central, CETIP (Central de Liquidação e Custódia de Título Privados) proporcionou aos participantes duas opções para liquidação de seus ativos a partir do ano 2010 a 2014 ou até mesmo para mais anos que são:

(1º) Diretamente ao STR (Sistema de Transferência de Recursos) do banco central do Brasil;

(2º) Com interposição da Central.

Durante os anos de 2010, 2011, 2012, 2013, e 2014 época em que a economia Brasileira tende a manter sua estabilidade inclusive devido à copa do mundo, as condições de utilização da central como contraparte onde irão operar somente operações realizadas em mercados secundários sistemicamente importantes onde também serão medidas pela central e garantidas por colaterais previamente depositadas.

Como forma de fixar os riscos de gerenciar os riscos de inadimplência das operações cursadas em seu sistema durante estes anos de crescimento a central fixou limites operacionais a seus participantes em função das garantias depositadas na conta de títulos.

Onde estes limites controlaram a atuação dos participantes garantindo desta forma a atuação ou a certeza de liquidação imediata.

O crescimento do sistema de pagamento brasileiro foram estipuladas de que as negociações somente serão liberadas se verificadas a existências de garantias previamente depositado.

Conclusão:

No presente trabalho procuramos buscar em forma de ampliar conhecimentos no contexto formado, e estudado e explicado por alguns executivos e professores que atuam em instituições financeiras.

E que de alguma forma conhecem melhor o produto abordado neste projeto denominado SPB e o seu crescimento dentro da sua volumetria de dados e processos executados no mercado financeiro nacional, procuramos estabelecer normas e políticas de utilização do Sistema de Pagamento Brasileiro nos anos de 2010 a 2014 procurando então observar a forma de crescimento de seus volumes e processos.

Buscamos ainda também percorrer caminhos teóricos e levar á prática exercida no mercado financeiro nacional, de forma a atender a sua reforma e mudança da constituição de novo SPB e o que sugere em relação o crescimento dos anos mencionados acima e deixando claro de que o mesmo para além destes anos ainda haverá mais crescimento dentro do mercado nacional e internacional atendendo desta forma demandas de produtos que operaram dentro dele.

Portanto, como forma de conclusão expressou-se em coletividade de profissionais que atuam nele de maneira clara e objetiva de que o SPB continua em estado de crescimento e desenvolvimento dentro de sua volumetria processadas.

Entretanto por fim procuramos avaliar mais o conhecimento questionando membros superiores de instituições financeiras como é o caso do senhor José Aparecido da Costa auditor de uma das agências do Banco Bradesco que tem o conhecimento do produto em questão.

Desta forma esclareceu mais de uma maneira objetiva de que se trata deste novo modelo conhecido como SPB enquadrando o seu crescimento dentro de suas operações realizadas.

Portanto, em relação à análise feita do SPB quanto ao crescimento nos próximos anos na época chegamos à conclusão de que o mesmo é de extrema importância atualmente no mercado financeiro nacional e internacional no que toca a posição de transferências e pagamento.

Com esta clareza e objetividade compreendemos de que com a mudança do perfil do antigo SPB para o novo SPB trouxe uma série de benefícios em toda dimensão de sua área de atuação desde mensagens, processamento, sistema de pagamento e recebimento, unidade de recebíveis auditivo URA, planilhas de fluxos de caixa e todos os seus elementos que funcionam no seu contexto de atuação.

Sendo assim acabamos por concluir de que com essa mudança de crescimento e evolução de volumes o Sistema de Pagamento Brasileiro tem a possibilidade de manter-se instável por tudo quanto for transações e negociações dentro do Sistema Financeiro Nacional atendendo a demanda de uma forma positiva sem que ajam erros de planejamento nas suas operações.

BIBLIOGRÁFIA

ASSAF, Neto Alexandre. Mercado financeiro, diagnóstico do sistema de pagamento de varejo. 6a edição. São Paulo: Atlas 2005.

CARVALHO, F.J.C. Inovação financeira e regulação da liquidez aos acordos da Basileia. São Paulo: Atlas 2003.

COLLI José Alexandre, FONTANA Marino. Contabilidade bancária. 5º Edição. São Paulo: Atlas S.A – 1996.

FINANÇAS públicas- III Prêmio de monografias – tesouro nacional.

FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro, produtos e serviços. 16º Edição. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

HISTÓRIA dos bancos e do desenvolvimento financeiro do brasil. São Paulo. Editora Pró Service, 1967.

MAGALHÃES F.R de Augusto. Os bancos centrais e sua função regularizadora moeda e do crédito. São Paulo. Editora casa do livro, 1971.

MARCHAL André. Sistemas e estruturas econômicas livros horizontes.

REVISTA Bancaria Brasileira nº 925B. publicada aos 17 de julho de 2010.

BACEN (banco central) WWW.bcb.gov.br acessado dia 9 de novembro de 2010.

WWW.ibecc.com.br acessado no dia 15 de janeiro de 2011.

WWW.scribd.com.br publicado pela DEBAN acessado dia 21 de maio de 2011.